

# PA LES TRA

SEMINÁRIO:  
30 ANOS DE  
PRESIDENCIALISMO  
E COALIZÃO

CONFERÊNCIA:  
PRESIDENCIALISMO,  
MULTIPARTIDARISMO  
E DEMOCRACIA

MODERADOR:  
RICARDO DE JOÃO BRAGA (CEFOP)

PALESTRANTES

MANOEL ALCANTÁRA-SAEZ  
(UNIVERSIDADE DE SALAMANCA -  
ESPANHA)

DANIEL CHASQUETTI  
(UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA -  
URUGUAI)

16 E 17/06/2016

Realização:

Centro de  
Formação, Treinamento  
e Aperfeiçoamento



## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

O SR. DANIEL CHASQUETTI (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Eu vou apresentar um estudo comparado que publiquei há alguns anos. (...) O livro foi publicado pela minha universidade com um número limitado de exemplares, portanto, o livro logo ficou disponível para todos através da Internet.

O argumento que eu apresento é mais ou menos o seguinte: em 1993, publicou-se um artigo muito importante, cuja tese pode ser resumida nesta sentença. Ele dizia que o problema das democracias na América Latina é a difícil combinação de presidencialismo e multipartidarismo. No livro, eu tento esclarecer como se chega a essa conclusão. Eu não vou me estender nisso. Quero simplesmente dizer a vocês que esse era o diagnóstico. Era um diagnóstico, claro, pessimista.

No começo dos anos 90, a América Latina tinha recobrado muito de suas democracias. Estávamos em plena terceira onda ou na parte final da terceira onda da democratização. Portanto, esse diagnóstico é substantivo e boa parte da academia o aceitou.

Sartori, um ano depois, em um livro sobre o que se chama, em espanhol, engenharia institucional comparada, escreveu esta frase que eu vejo que é muito importante: *“Os presidentes na América Latina são institucionalmente poderosos, mas politicamente fracos”*

Isso quer dizer o quê? Bom, quer dizer que os presidentes na América Latina geralmente são pessoas que têm muitas ferramentas legais, jurisdicionais, para tentar impulsionar a sua política, mas ao mesmo tempo têm cenários difíceis, porque precisam de apoio suficiente nos Congressos.

Quando analisamos a evolução da fragmentação na América Latina — este é um gráfico que vai de 1980 até 2006 —, observamos que, tendencialmente, a fragmentação aumenta. Esta é uma média de 12 países. Este seria o número efetivo de partidos. Como vocês podem observar, no fim dos anos 80, a fragmentação estava em três partidos, em média. Depois, chegando aos anos 90, a fragmentação já estava superior a quatro partidos. E o desvio dessas médias pode chegar a ser muito alto, porque em alguns países os partidos foram se dividindo mais e mais, como é o caso do Brasil, da Colômbia, da Costa Rica, países que aumentaram a sua fragmentação. No caso do Chile, a fragmentação se manteve estável. Mas a verdade é que a fragmentação partidária é a marca, o cenário, a paisagem, a característica principal dos sistemas políticos da América Latina. A partir dessa perspectiva, eles têm razão ao dizer: *“Bom, as democracias da América Latina têm que lidar com essa combinação complicada entre presidencialismo e*

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

*multipartidarismo”.*

Com relação ao desafio da fragmentação, são observados dois tipos de respostas: Presidentes que decidem construir coalizões, como no Brasil, e desenvolver o presidencialismo de coalizão; ou Presidentes que querem governar com a minoria, estabelecendo cenários de governos divididos.

Eu vou mostrar que a escolha entre esses dois caminhos tem consequências importantes. Um caminho é mais seguro que o outro. Um caminho é mais vantajoso que o outro para a democracia e para a estabilidade. A evidência que apresento foi tomada de 12 países, entre 1978 e 2007, em que são analisados 71 governos formados na América Latina.

Aqui está a lista dos governos analisados. Como vocês podem observar, estão os 10 países da América do Sul, mais Costa Rica e México. Se observamos bem a situação do partido do Presidente, depois da sua eleição, e a compararmos com a fragmentação — o eixo horizontal é a fragmentação do sistema de partidos; o eixo vertical é o contingente legislativo que tem o Presidente —, podemos constatar que há uma linha quase perfeita, em mais ou menos 0,86. Isso mostra que, quanto mais fragmentado está o sistema, menos apoio tem o Presidente. Seria isso. Sistemas com muitos partidos efetivos vão gerar Presidentes com pouco apoio. Isso está basicamente dentro do sentido comum, mas é importante constatar isso e ver que efetivamente funciona dessa forma. Portanto, a fragmentação é um problema.

Quando revisamos quais estratégias foram tomadas pelos 71 Presidentes analisados, vamos observar que, dos 71, havia 27 que tinham maioria legislativa e, portanto, o que fizeram foi formar um gabinete partidário. Isso representa 38% do total da amostra. Nesses cenários, a média de apoio no Legislativo foi de 52,9% das bancadas da Câmara Baixa.

Quando observamos os Presidentes que tinham minoria no Parlamento, Presidentes cujo partido não controlava a maioria legislativa, quando eles formaram uma coalizão, vimos que garantiram 56,4% das bancadas — isso representa 31% da amostra — e praticamente conseguiram um resultado semelhante ao de um governo de partido majoritário.

Isso é muito importante, porque, de verdade, o que nos está dizendo é que o presidencialismo de coalizão aproxima o Presidente de um cenário ótimo, o de ter uma maioria partidária no Parlamento. Mas, quando os Presidentes decidem não formar coalizões — no estudo são 31% dos casos —, o que nós temos são apoios que não chegam

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

a 30% da Câmara. Isso se torna essencialmente perigoso.

Vamos ver as consequências. A principal consequência tem a ver com a dúvida sobre se o Presidente consegue sobreviver, completar o mandato. A pergunta é: termina ou não o Presidente o seu mandato? O que pode acontecer a um Presidente para não conseguir terminar o seu mandato? Tem que existir uma interrupção. Essa interrupção pode ser variada e de diferentes naturezas: um golpe de Estado dado pelos militares; um autogolpe, dado pelo próprio Presidente, por exemplo, Fujimori, que prendeu o Congresso peruano, em 1992; uma renúncia, por exemplo, a de Fernando de la Rúa, na Argentina, em 2001; ou um *impeachment*, como o de Fernando Collor de Mello, em 1992, e agora o de Dilma Rousseff, em 2016. Esses são casos muito diferentes, de diferentes naturezas, mas têm a característica comum que supõe uma interrupção do mandato do Presidente.

Aqui classificamos os 71 casos, indicando se os Presidentes terminam ou não o mandato, de acordo com a estratégia de formação de gabinete que adotam. Os Presidentes que têm um governo de partido majoritário conseguem 93% de efetividade, ou seja, unicamente em 7% dos casos o Presidente não termina o mandato. Quando decidem formar coalizões, os Presidentes com partidos minoritários têm efetividade semelhante: 91%; apenas 9% não terminam. Mas, se decidem não formar uma coalizão e manter um governo dividido, a probabilidade de ruptura, de interrupção do seu mandato aumenta e chega a 36% dos casos. Eu tenho a impressão de que a decisão de formar ou não uma coalizão é uma decisão substantiva para a democracia, para a estabilidade do processo político.

Portanto, já que é tão importante a decisão de formar uma coalizão, quero mostrar-lhes quais são, do ponto de vista da minha pesquisa, as variáveis que mais influenciam na formação desses instrumentos.

Deveríamos esclarecer que uma coalizão presidencialista é muito diferente de uma coalizão parlamentarista. As normas com as quais é organizada a coalizão parlamentarista são muito diferentes das normas utilizadas para fazer a coalizão presidencialista.

Eu testei um total de oito possíveis hipóteses, que estão listadas neste quadro. A primeira seria a mais básica. A ideia é que, quando um Presidente não tem maioria no Congresso, vai formar uma coalizão. A segunda seria a distância que há entre o posicionamento ideológico do Presidente e o posicionamento do legislador médio do Parlamento ou do Congresso. A ideia é que, quanto mais distância há, mais difícil é

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

formar uma coalizão e, vice-versa, quanto mais próximo se esteja, mais fácil será formar uma coalizão.

Em terceiro lugar, quanto à aprendizagem dos políticos, quando o sistema político passa pela experiência anterior de formar uma coalizão, é mais provável que forme uma nova, e, quando não há a experiência de formar uma coalizão, a probabilidade de que isso apareça como prática política é muito limitada. Portanto, a ideia é verificar se a aprendizagem produz algum efeito.

Em quarto lugar, em se tratando da fórmula de eleição presidencial, na América Latina, quando diferentes sistemas políticos começaram a incorporar a forma de eleição presidencial em duas voltas, por maioria absoluta, como ocorre no Brasil, no Uruguai, no Chile, chamada também de forma interessante, dizia-se que a eleição poderia favorecer a formação de coalizões, porque, na primeira volta, são selecionados dois candidatos para negociar com os perdedores. Isso favoreceria a formação de uma coalizão de governo. A ideia é que, se existe uma eleição presidencial, por dupla volta e maioria absoluta, a probabilidade de se formar uma coalizão é mais alta.

Em quinto lugar, na Bolívia, durante os anos de 1980 e 1990, havia uma fórmula de eleição presidencial de duas voltas, na qual as pessoas votavam, e, se nenhum candidato chegasse a 50%, na segunda volta, era feita uma eleição no Congresso. Na Bolívia, esta prática favoreceu a formação de coalizões. Portanto, é possível controlar-se esta variável também. Depois, os poderes legislativos poderiam pensar que, quanto mais poder legislativo tem o Presidente, menos provável é que se forme uma coalizão porque, se há muitos poderes legislativos, provavelmente o Presidente não vai precisar tanto de apoio dentro do Congresso.

Quanto ao decreto presidencial, se o sistema político dá ao Presidente a ferramenta para governar com decretos, que não vão passar pelo Congresso, provavelmente ele vai conseguir evitar formar uma coalizão, e seu governo será menos difícil. Portanto, se há decreto presidencial, a probabilidade de uma coalizão é menor. Finalmente, eu testei a existência ou não de normas de nomeação das autoridades estatais. Em muitos países, em bancos do Estado, as empresas de eletricidade, de telefone, de petróleo, são públicas, ou seja, são do país, do Estado. Em muitos casos, os Presidentes nomeiam seus diretores ou dirigentes de forma discricionária, mas, em outros casos, há normas que obrigam a passar pelo Parlamento. Portanto, eu penso que, se existem, talvez, normas que obrigam o Presidente a passar pelo Parlamento no momento de nomear os diretores de empresas públicas, isso pressionará a negociação e

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

a formação de uma coalizão.

Estas oito hipóteses foram operacionalizadas para cada um dos 71 casos.

Foi feita uma regressão, e o que nós temos são diferentes modelos, em que vão sendo incorporadas diferentes variáveis. Eu quero que vocês observem o primeiro modelo, que mostra que há três variáveis fortemente importantes no momento de se explicar a probabilidade de que exista uma coalizão ou não. A primeira é que o Presidente não tem maioria parlamentar; a segunda é que a distância entre o Presidente e o legislador seja relativamente baixa; e a terceira é que exista uma aprendizagem, ou seja, uma experiência anterior de coalizão. Quando estas três variáveis estão combinadas, a probabilidade de existir uma coalizão é realmente alta.

Foi isso que eu encontrei, e outros colegas incorporaram outras variáveis, como a popularidade presidencial e as crises econômicas. Eu trabalhei unicamente com as variáveis políticas e institucionais e tenho a impressão de que funcionam: quando nós observamos o cenário da América Latina e quando estas três variáveis se unem, há a possibilidade, importante, de se formar um acordo de coalizão.

Por último, assim como eu mostrei quais são as determinantes da formação da coalizão, eu gostaria de mostrar quais são as determinantes de uma ruptura da coalizão. O que eu fiz foi controlar um total de seis hipóteses, algumas das quais são muito óbvias. O tempo que resta para finalizar o mandato é um exemplo; em segundo lugar, o tamanho da magnitude da circunscrição do país sob a ideia de que, se circunscrições grandes terão partidos fortes, isso pode levar mais a sustentar os presidentes e vice-versa. Quando a magnitude é pequena, os partidos podem ser fracos, e talvez os Deputados estejam dispostos a não ser leais ou a não ser disciplinados. Assim, há a possibilidade de reeleição presidencial sob a ideia de que, se há um presidente de coalizão e se há reeleição, é provável que a coalizão não acabe porque, se o Presidente segue desta forma, esta coalizão seguiria com ele. Em quarto lugar, há que se falar no tamanho da coalizão: se é uma coalizão mínima, ganhadora, ou se é grande; em quinto lugar, o número de sócios que a coalizão possui; e, em sexto lugar, o grau de congruência que tem o gabinete.

Tomando as medidas de Otávio Amorim, o que eu fiz foi trabalhar com os casos em que havia coalizões, além de verificar quais destas variáveis influenciam nos casos em que as coalizões foram destruídas. O resultado que eu encontrei foi que há duas variáveis substantivas: uma seria o avanço do mandato, ou seja, a ideia de que, quanto mais próximos, quanto mais no final do mandato, nós estamos a mais possibilidades de que uma coalizão acabe. Por quê? Parece muito razoável. Se se está perto da eleição e

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

se a coalizão está formada pelo partido presidencial e por vários sócios, é provável que os sócios queiram tomar distância do Presidente para eles mesmos, os sócios, poderem fazer a própria campanha.

A segunda tem a ver com tamanho. Quando o Presidente perde apoio do Parlamento, a probabilidade de acabar a coalizão é mais alta. O Brasil, acredito, passou por isso. Dilma Rousseff começou a perder apoio no Congresso e chegou o momento em que o PMDB decidiu sair da coalizão. Isso aconteceu antes do impeachment, mas, de certa forma, a ruptura da coalizão está fortemente vinculada a estas duas variáveis.

Chama um pouco a atenção o fato de que a congruência do gabinete não seja uma variável relevante. Muitos colegas trabalham com a ideia de que este é um ponto importante. Ontem, Carlos Pereira dizia que um dos erros de Dilma foi não ter um gabinete congruente. Eu vejo que a congruência do gabinete não é um elemento central para que a coalizão seja rompida. Nas minhas conclusões, eu diria que a estratégia de formar uma coalizão continua sendo a mais eficiente para enfrentarmos o problema da difícil combinação. Não há solução melhor que formar uma coalizão.

Em segundo lugar, a sobrevivência dos presidentes que formam coalizões deve ser muito semelhante à dos governos de presidentes que formam governos de partidos majoritários. Isso é muito importante, porque não se trata de presidentes de segundo nível, mas de presidentes realmente fortes, com a capacidade de governar e de fazer reformas.

Em terceiro lugar, a formação de coalizão depende do tamanho do apoio do Presidente, da distância ideológica e da aprendizagem realizada pelo sistema político. Em quarto lugar, a ruptura de uma coalizão depende do tamanho do apoio do Presidente e da proximidade da eleição presidencial.

Estas são algumas conclusões presentes no livro, que, basicamente, podem nos mostrar o panorama que se estende a muitos casos da América Latina. Com isso, eu quero dizer, de verdade, é que “presidencialismo de coalizão” é um termo brasileiro inventado pelo meu amigo Sérgio Abranches. Digamos que o presidencialismo de coalizão é uma espécie que existe além do Brasil, uma espécie que se estende e está nas mãos, como ferramenta, de qualquer presidente que não tenha maioria legislativa. *Muito obrigado. (Palmas.)*

**O SR. MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Na minha apresentação, eu vou discutir algumas ideias sobre estes três grandes conceitos: presidencialismo, multipartidarismo e democracia. Vou

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

usar uma evidência que vem de muitos casos nacionais da América Latina, como foi feito pelo Daniel, e, também, neste caso, da Europa. Acredito que, em contraponto ao caso europeu, isso pode ser interessante para tratar estes assuntos. Assim, vamos ter algo para comparar.

Falar por último me permite fazer referência ao que foi dito e ao que foi deixado de lado, ou seja, ao que não foi dito. Por este motivo, eu acredito que temos que nos lembrar de coisas muito importantes, que, quem sabe, não foram ditas de forma suficiente, mas que têm a ver com o contexto, com o entorno.

Sob a perspectiva dupla economia e política, este tema nos leva a ficar preocupados, principalmente, por dois aspectos da economia política, que têm a ver, primeiro, com o crescimento econômico dos países, as grandes variáveis macroeconômicas dos países, e, segundo, com o tema da distribuição de renda e com os problemas que podem acontecer quando não se distribuem bem as rendas.

Por outro lado, o contexto é definido por um mundo que mudou muito, nos últimos 15 anos, e que se tornou um mundo digital. As grandes transformações trouxeram tecnologias da informação e das comunicações que constituem novos mecanismos de intermediação na política. Acredito que esses dois pontos são absolutamente importantes na hora de se fazer uma reflexão sobre aspectos que tenham obviamente uma natureza institucional ou, muitas vezes, uma natureza societária. Digamos que esse seria o ponto de onde vou partir, de onde começo a minha apresentação.

O primeiro tema é o presidencialismo. Temos muito pouco a incluir aqui sobre o que foi dito. Mas quero pular o Atlântico e apresentar que o presidencialismo é uma forma de governo muito extensa e que existe praticamente desde o princípio da história da independência dos países latino-americanos. Quem sabe no Brasil seja sempre uma grande decepção ver regimes não republicanos desde o começo da história da independência. Mas existe outra forma de governo, que é o parlamentarismo. E, de alguma forma, sempre existe uma relação que podemos chamar de dialética.

Aqui foi mencionado ontem, bem mais que hoje, que o professor falecido, quando se encontrou com Linz, falou dessa discussão sobre os perigos do presidencialismo. Mas na equação de Juan Linz havia uma segunda parte, que eram as virtudes do parlamentarismo. Quero dizer que o parlamentarismo é visto como um regime político, uma forma de governo positiva. Hoje, podemos de alguma forma questionar ao vermos o panorama político espanhol. Como muitos de vocês já sabem, a Espanha está há 5 meses, e chegará a 6 meses, sem um governo em razão da sua incapacidade institucional



## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

de formar coalizões. E não é só isso, também em razão da sua falta de capacidade de governar, mesmo que seja com um governo de minoria. Devemos, então, ter isso sempre em mente.

Eu quero, então, me referir a dois temas muito concretos. Se há presidencialismo ou se há parlamentarismo, qualquer uma dessas formas de governo tem a ver primeiro com uma tendência muito forte, de caráter universal, que é a tendência de tornar o poder mais pessoal.

Eduardo Aleman, ontem, disse uma frase muito interessante. Ele se referiu a isso, para personalizar o poder — e vou citar aqui somente —, como o câncer da política latino-americana. Disse: *“Por que também não o câncer de outro tipo de política, quero dizer, de outros tipos de políticas nacionais?”* Acredito que tornar o poder mais pessoal é um processo que já acontece com força nos últimos tempos e que alguém poderia vincular à ideia do fim das ideologias — alguém! Mas eu não quero ir por esse âmbito e, sim, quero me basear menos em especulação e mais em dados empíricos. Eu queria referir-me a três temas que tornam o poder mais pessoal.

O primeiro tem a ver, e também algum motivo foi Octavio Amorim Neto ontem se referir à importância dos traços da liderança, creio, com o âmbito da liderança, ou o âmbito das pessoas que detêm o poder. De alguma forma deixamos isso de lado e não consideramos como um elemento fundamental para entender a dinâmica política. Isso pode estar melhor... É uma intenção dentro da própria disciplina da ciência política o estudo das instituições mais reativas, o estudo dos indivíduos, como diria Sartori, das pessoas que conduzem as máquinas.

Digamos que os traços da liderança pelo menos apresentam dois elementos que podemos mensurar e que, de alguma forma, temos facilmente tangíveis para fazer uma análise. Primeiro, o tema mais fácil, o tema da experiência. Essa ideia de alguma forma é obtida com o modelo apresentado por Daniel quando ele diz que as formações de coalizões antes geravam um aprendizado, isso é experiência. Por exemplo, eu incorporaria essa ideia, a ideia de dizer: *“Bom, qual foi a experiência política desses presidentes que chegaram ao poder? Qual foi?”* Um desses presidentes que foi citado por ele foi Alberto Fujimori.

A segunda ideia, muito mais difícil de mensurar, porque nos obrigaria a ter uma conversa com nossos colegas da psicologia política, são os temas da personalidade, a personalidade da figura presidencial, que é muito importante. Acredito que essa ideia do poder deveria ser incorporada à nossa análise, esse é o segundo tema. E isso eu vinculo

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

às novas tecnologias.

Hoje, os líderes podem medir seus níveis de popularidade pelo número de pessoas que têm em sua rede social, no Twitter, pelos seus amigos no Facebook. E de que forma chegam a eles? Esse elemento é absolutamente personalizado, quero dizer, trata-se dos amigos do Macri, Larroy, qualquer líder. Isso incorpora ainda mais a ideia de tornar isso mais pessoal, e não a ideia da instituição partido político, da instituição grupo político ou a ação coletiva em que é situada a política.

De fato, estamos hoje em um panorama em que a ação coletiva foi substituída pela ação conectiva. O coletivo não vale, não tem sentido. Vocês podem ver que aqui nas ruas, há algumas semanas, havia muitas pessoas que gritavam algo contrário a isso, ou seja, eles tinham uma ação coletiva, mas o que fica disso, de maneira muito relevante, é o conectivo, ou seja, a capacidade que as pessoas têm de poder seguir conectadas a comunidades novas, que chamamos de comunidades virtuais, em que identidade tem uma forma muito diferente — completamente diferente — da forma tradicional pela qual os partidos políticos atuavam, gerando identidade e socialização.

O terceiro tema, nessa ideia do poder, é o que vivemos em muitos países da América Latina, de uma forma muito distinta. Vou dar dois exemplos em que veremos claramente a lógica da polarização. A lógica da polarização não é tanto a lógica de polarizar entre esquerda e direita, porque essa lógica do primeiro exemplo não funcionou nas eleições passadas no Peru, 2 semanas atrás, quando dois candidatos, Pedro Pablo Kuczynski e Keiko Fujimori, estiveram separados por 30 mil votos — 30 mil votos! Realmente custa muito diferenciar um do outro. Não existe, praticamente, diferença. Ambos ocupam o mesmo lugar na escala entre esquerda e direita. Sem dúvida, a sociedade peruana se polarizou.

Isso podemos vincular com a lógica do presidencialismo. Volto a tratar de uma ideia clássica de presidencialismo, que aparece também nos textos de Juan Linz, que tem a ver com essa lógica do *winner takes all*, o que ganha leva tudo. E o que perde, esquece. A história passa por cima do que perde. Tudo isso supõe uma lógica de polarização que vai de mãos dadas com um conceito muito interessante, desenvolvido por Ernesto Laclau, na Argentina, e pela sua companheira, Chantal Mouffe, que é a famosa ideia de construção de hegemonia.

Quero dizer que, na política, o que os políticos têm que fazer é construir uma hegemonia, qualquer que seja, eu contra os outros. Digamos que essa é uma lógica antiga, da primeira metade do século XX, mas funciona.

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

Este é um instrumento articulador do que foi o bolivarianismo em muitos países da América Latina. Essa é uma lógica de construção de hegemonia. Essa lógica leva a construir a hegemonia de Néstor Kirchner, partindo de alguns votos, com o resultado que teve Kirchner, ou do próprio Chávez. Não é de um número majoritário que estamos falando aqui, mas eles sabem perfeitamente o que têm que fazer: construir uma maioria social, uma hegemonia. Isso supõe utilizar as lógicas do presidencialismo.

Com o parlamentarismo, isso é muito mais complicado, porque finalmente a pessoa que será Presidente do Governo não é eleita pela população, e, sim, pelo Congresso. Existe um processo de eleição indireta.

O segundo tema, que trata do presidencialismo e se vincula ao que acabo de dizer, é a relação com os partidos políticos. Isso me leva ao segundo conceito: o multipartidarismo. É certo que os dados são muito bons. Poderíamos colocar uma linha parecida para os casos europeus.

Um artigo recente publicado em uma revista de ciência política europeia considerava os anos de 2008 e 2016 e fazia a mesma medida que o Daniel mencionou na sua apresentação. Em todos os países da União Europeia, em todos os países, exceto a Itália, ironicamente, aumenta o número de partidos. Essa ideia é válida para a Europa e para sistemas parlamentares.

Estamos vivendo, então, uma grande representação da representação política – digamos assim. Isso padeceria, porque chegou para ficar. Não seria isso, pelo menos, a médio prazo. Fazer previsões a longo prazo é complicado na política, mas, a médio prazo, sim, poderíamos nos aventurar a dizer que o cenário, em 2020, será mais de multipartidarismo.

Todos nós sabemos que isso tem duas faces. Uma delas é a face institucional. Quero dizer que isso está em função das leis eleitorais, do critério de representação, da magnitude do distrito, do tamanho do distrito, e também do financiamento eleitoral. Se eu tenho dinheiro para participar da política, eu entro para a política. Se a política é mais austera, se existem menos possibilidades de usar esse dinheiro na política, é melhor eu não entrar na política.

Também há a ideia da obrigação da democracia interna nos partidos políticos para gerar os candidatos, que pode ser dentro dos partidos políticos ou abrindo essas listas através de sistemas de listas abertas e não bloqueadas.

Mas essa é uma parte da história. Existe outra parte da história que justifica isso – digamos assim. Se vocês querem saber bem, é uma parte societária. Isso foi dito aqui.

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

Um importante cientista político da Noruega introduziu o conceito de rupturas das sociedades para que existam as rupturas.

Quando vemos o caso espanhol e as mudanças que aconteceram nessa direção, vemos que existem claramente, no caso espanhol, novas rupturas. Essas novas rupturas são relacionadas aos novos partidos políticos.

A primeira ruptura é geracional, ou seja, envolve pessoas novas, com menos de 35 anos, que estão fora da política. Os velhos partidos políticos não deixam as pessoas jovens se incorporarem. Não sabem fazer isso.

A segunda ruptura é econômica. A crise econômica na Espanha está sendo paga pelos jovens, que são os que não têm acesso ao mercado de trabalho, que são os que têm que imigrar, que são os que têm contratos ruins e muito mal pagos, como dizemos na Espanha.

Existe outra ruptura, mais antiga e persistente, que é a ruptura do Estado, através dos separatistas, dos projetos de separação da Catalunha e do País Basco, principalmente. Essa ruptura social é traduzida em novos partidos políticos, ou seja, a velha tese está aí. Podemos ver isso em outros países da América Latina, como agora, por exemplo, no processo de paz na Colômbia, onde a própria dinâmica do processo de paz vai gerar novos partidos políticos. Parece que isso é muito evidente.

Mas existe outro problema, detectado por Peter Mair, em um livro póstumo que publicaram há 6 meses, que se chama Governando o Vazio. Qual é esse vazio? É o vazio da representação. E volto ao tema das novas tecnologias. Há incapacidade de representar coletivos sociais humanos cada vez mais individualizados, menos propensos à ação coletiva, menos propensos a que se identifiquem com uma determinada fórmula. Isso é resultado, segundo ele, do aumento dessa polarização eleitoral em um ambiente que Peter Mair denomina banalização da democracia. A democracia é banalizada porque se converteu em um jogo eleitoral exclusivamente.

Há um terceiro elemento. Quando nos referimos à democracia, podemos dizer o que está acontecendo hoje, na América Latina e também em algum país europeu. Se fizermos o exercício mental de substituir o termo “democracia” pelo termo “política”, em vez de dizer o que acontece com a democracia, teremos que dizer o que acontece com a política.

Existe uma primeira observação que nos leva a toda a literatura da qualidade da política. Os indicadores somam diferentes mecanismos de entrada e mecanismos de saída — quero dizer que são mecanismos de entrada com legitimidade — e tudo o que

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

tem a ver com o processo de legitimação da política, de saída, de eficiência, enfim, o que tem a ver com os resultados das políticas públicas e com a forma como essas políticas públicas contribuem para gerar os resultados previsíveis.

Então, nesse cenário, os trabalhos são muito evidentes. Na América Latina, que é mais diversa, a diferença entre os países, por um lado, é mantida em termos de poder. Diferentes grupos da América Latina são tratados com diferentes níveis de qualidade. Uruguai, Costa Rica e Chile constituem, permanentemente, o primeiro grupo. No outro grupo estão Venezuela, Cuba, Guatemala, Honduras e uma série de países que estão no meio e que se movimentam em virtude de processos políticos, digamos, de temas políticos da conjuntura, mas também do entorno e do fluxo do entorno. Aí também está a democracia como governo.

De alguma forma, em relação ao que foi tratado pelo Daniel, eu quero incluir duas coisas apenas. Foi dito aqui no seminário, por parte de Carlos Peres, sobre essa ideia da importância da gerência na gestão das coalizões. Eu concordo com isso totalmente. Nem todo líder ou suposto líder de uma coalizão gerencia bem essa coalizão. Existe um componente — volto a repetir essa ideia do começo — que é importante na hora de levar a um bom lugar ou a um mau lugar a coalizão.

Em segundo lugar, quero voltar a repetir uma das ideias do começo. Toda coalizão tem que repartir os bens públicos de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade. Se essa distribuição dos bens públicos tem um impedimento pela natureza da conjuntura política que faz com que os bens públicos sejam retraídos e se existe um enorme confronto social que não permite a redistribuição desses bens, o panorama é bem mais complicado.

Nada mais do que isso.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - Assim como fizeram os outros moderadores, eu vou aproveitar para fazer uma pergunta, que é algo de uma curiosidade bem personalíssima minha. Talvez a pergunta comece de uma forma um pouco esquisita, mas eu espero que fique clara.

Os meus filhos entraram na escola, e todos os dias eu ia buscá-los. Lá havia diversas mesas de pedra retangulares com uma rede de metal no meio. Os meninos pegavam uma bola de futebol e ficavam jogando de um lado para o outro. Eu passei 1 ano pensando: *“Nossa, eles não devem ter raquete de tênis ou de pingue-pongue nem bolinha”*. No segundo ano, quando eu cheguei na escola, já com 3 ou 4 meses, eu percebi: *“O jogo não é pingue-*

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

*pongue. O jogo é esse!”* É com uma bolona, uma mesona de pedra e aquela rede no meio.

Dando outro salto, eu lembro que um dos primeiros textos que li quando eu entrei na graduação, se não me engano, era do Durkheim, no qual ele dizia o que era normal e o que era patológico. Ele deveria estar querendo separar valor de fato. Então, ele dizia que o normal é aquilo que é mais frequente.

Minha pergunta é a seguinte: nós chamamos o nosso sistema de presidencialismo. E a provocação que eu trago para os senhores, para me ajudarem, é o quanto esse nome nos atrapalha na compreensão, porque o presidencialismo que temos como referência é o patológico, é o americano. Que eu saiba, só ele funciona bem, segundo esse senso comum. Há um Presidente que executa, um Legislativo que legisla, um Judiciário que julga, dois partidos — um azul, um vermelho —, e tudo se resolve.

A minha pergunta diz respeito à América Latina toda — o Prof. Chasquetti e o Sr. Manuel trouxeram uma série de elementos. A realidade da América Latina é outra. Esta minha pergunta — já estou terminando — é cara para mim, embora talvez seja um pouco esquisita. Eu trabalho no Legislativo e sou bombardeado o tempo todo, no trabalho e aqui, na nossa escola, por perspectivas normativas, no sentido de que o Legislativo deveria ser assim já que nós somos um presidencialismo. Mas ele não é assim. Ele é coalizacional, ele é fragmentado. Em suma, ele não é aquele do livro-texto do Direito, que é a grande referência para avaliar isso.

Então, minha pergunta, que é uma inquietação, é para saber, na experiência dos senhores — e aí aproveitando que o tema da nossa Mesa é Presidencialismo em perspectiva comparada —, o quanto o nome “presidencialismo” nos dificulta para olhar o verdadeiro fato social que nós temos aqui, na América Latina.

Aproveitando a presença do Prof. Sérgio Abranches, eu fico pensando como seria se ele tivesse dado outro nome para o sistema, tipo sistema rataplan, uma coisa totalmente nova, que não tem sentido nenhum. E as pessoas iriam ficar mais tranquilas: “Olha, existe o presidencialismo, o parlamentarismo, o semipresidencialismo francês e o rataplan da América Latina”. Talvez, não houvesse nem este seminário hoje. (Risos.) Minha pergunta é relativamente inocente, mas são dessas perguntas que eu gosto mais. Depois eu passo para as perguntas mais inteligentes da plateia.

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Giovanni Sartori diz que os parlamentarismos entre si são mais diferentes do que os presidencialismos entre si. Ou seja, o parlamentarismo italiano é muito diferente do parlamentarismo alemão; o parlamentarismo alemão é muito diferente

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

do parlamentarismo holandês; o parlamentarismo holandês é muito diferente do primeiro parlamentarismo, que seria o britânico. Eles são diferentes. Eu diria que o presidencialismo dos Estados Unidos, que é o desenho original, obviamente foi copiado, mas, depois de 2 séculos, na América Latina, fomos nos distanciando. Contudo, há países que se distanciaram mais do que outros. Eu diria que o presidencialismo uruguaio e o presidencialismo chileno se afastaram muito do presidencialismo dos Estados Unidos. Talvez o presidencialismo argentino seja o mais próximo, pelas suas instituições. O brasileiro também se afastou.

Portanto, eu tenho a impressão de que aqui não há um problema quanto a nomes. O que há é um problema em relação às instituições que nós fomos capazes de construir.

Eu sempre tive uma boa opinião sobre como o Brasil solucionou isso, independentemente da crise que hoje vive. O Brasil aprendeu muito com a crise de 1992. Depois da crise de 1992, unificou todas as suas eleições, encurtou o período do mandato presidencial, aprovou a reeleição, fez uma série de reformas institucionais, tudo produto da experiência. Isso devemos avaliar e entender. Muitas vezes, com os meus amigos argentinos, eu digo a eles: *“Vocês têm que aprender com o Brasil, porque ele fez reformas que beneficiaram, que estabilizaram...”*. O presidencialismo brasileiro de hoje não é o mesmo que tinha o Brasil quando Sérgio Abranches escreveu o artigo, ou seja, o presidencialismo brasileiro hoje é melhor. Isso todos têm que saber. E isso independe da crise que nós temos.

Eu fiquei pensando muito na apresentação de Octavio Amorim, ontem, quando introduziu a variável “personalidade dos presidentes”. Talvez o problema não seja tanto das instituições, mas das pessoas. Não elegemos as pessoas indicadas. Juan Linz, no seu livro *La quiebra de las democracias*, atribui um papel relativamente importante à fé democrática dos presidentes em conjunturas críticas. Em situações complexas, um presidente que não tenha uma fé democrática pode terminar sendo um ditador. Eu acredito que, no momento de haver coalizões, deveríamos verificar a fé negociadora do Presidente, porque um presidente que não tenha uma fé negociadora — espero que me entendam quando digo fé negociadora —, que não esteja disposto a negociar, a fazer transações, em conjunturas críticas, talvez se torne um déspota e complique todos os acordos.

Portanto, eu proporia a norma de que todos os presidentes, para poderem ser candidatos, deveriam previamente ter passado pelo Parlamento, que é a escola da negociação que têm os sistemas políticos. Eu tenho certeza de que os Presidentes que

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

passaram pelas comissões parlamentares, que tiveram que negociar, têm outro tipo de gestão das coalizões.

De forma mais acadêmica, como professor, devo dizer que o presidencialismo, como outros conceitos na nossa disciplina, é algo muito técnico e muito preciso. Contudo, os construtores de opinião pública – em boa medida, tivemos um exemplo na Mesa anterior – opinam qualquer coisa sobre o presidencialismo. E, claro, a pessoa fica assustada, porque não seria isso.

Aproveito para fazer a defesa da nossa profissão e dizer que as pessoas não fazem um juízo gratuito sobre uma doença ou sobre um problema atmosférico, porque há especialistas nesse tema. Acredito que na ciência política ou no conhecimento sobre a política, se não queremos entrar na discussão do termo “ciência”, e “conhecimento sobre a política” dá um certo nível de sofisticação, eu vejo que há aqui um problema muito sério.

Apresento um exemplo para os senhores. No meu próprio país, as pessoas acreditam que elegem diretamente o Presidente do Governo. E quando eu faço um exercício nas minhas aulas, em Salamanca, de perguntar aos estudantes: “Você, em quem votou?” “Eu votei em Rajoy.” *“Impossível. Você vive em Madri. Se você mora em Madri e votou de outra forma, não pode votar em Rajoy, Felipe González, nem em ninguém, porque eles não se apresentaram por Salamanca.”*

Então, as pessoas pensam que se elegem diretamente. E, agora, o surpreendente da discussão política é dizer que Rajoy com certeza vai ser o mais votado, mas que vai ter por baixo de 30% de intenção de voto. Ele diz que, como força mais votada, tem direito a ser Presidente do Governo, quando a lógica parlamentar não é que seja a força mais votada, mas a que tenha um maior número de Deputados no Congresso. Essa é a lógica do parlamentarismo.

Então, com o presidencialismo isso também acontece. Isso é algo sobre o que nós temos que refletir com muito cuidado, e tirar conclusões em virtude do que as instituições dizem, e não do que elas não dizem.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - Pergunta para o Daniel: *“Não temos que diferenciar coalizões fortes e fracas no sentido de que a distância ideológica pode facilitar as rupturas de coalizões?”* A pergunta para o Prof. Manuel, que tem a ver com a questão societária, como o senhor colocou na sua fala, é: *“Com a crescente concentração mundial de renda advinda da emergência da financeirização da economia e com a captura da política pelo poder econômico, a democracia caminha para o colapso?”*



## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - A variável “distância ideológica” é importante. Ontem, Carlos Pereira mostrava como a distância entre Dilma e o legislador médio da Câmara era maior do que a que existe entre Michel Temer e o legislador médio. Eu acredito que isso nos está indicando algo. Isso pode deixar mais forte ou mais fraca uma coalizão. Quem classifica as coalizões fortes ou fracas, *tight coalition* e *loose coalition*, é o Otávio. Ele tem uma apresentação no seu livro, também, onde ele estabelece uma diferença, mas não pela distância ideológica, mas sim pelo tipo de gabinete que forma, pelo tipo de ministros. Mas, sim, essa é uma possibilidade. Eu não vi, mas é um caminho muito fértil, que pode ser percorrido.

**O SR. MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Hoje, há fundos de investimento que, se fossem um país, se fossem um Estado, poderiam ser o terceiro país no mundo. Um só fundo de investimento tem a capacidade da terceira economia do mundo. Então, isso é algo muito recente, é algo que vem desde, digamos, o fim da década dos anos 80. E obviamente é um problema muito sério para a democracia, na medida em que estes fundos de investimento podem alterar drasticamente as condições de competição econômica e do desenvolvimento econômico dos povos e contribuir para gerar crises econômicas, etc. Ou seja, esse é um problema muito sério, e não é um problema recente.

Eu conto a vocês uma história a propósito disso. Não sei se vocês sabem que Gabriel Almond fez a sua tese de doutorado sobre a cidade de Nova York — dois pontos, no caso *Rockefeller* —, e ele nunca pode publicar a sua tese, porque recebeu o veto de *Rockefeller* para publicar a sua tese. Então, é uma anedota, se vocês notarem bem, do avanço das ideias que amparam o governo democrático e a realidade financeira.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - O desenho institucional não deve tentar amenizar a dependência de personalidade dos gestores? Qual seria a saída para lidar com problemas de natureza individual? E eu agrego uma outra pergunta, também dirigida aos dois Professores: há uma relação entre fragmentação partidária e qualidade das lideranças políticas, qualidade entendida como políticos experientes, honestos e eficientes? Partidos mais mal organizados produzem lideranças menos qualificadas?

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Não conheço nenhum estudo que tenha vinculado fragmentação partidária e qualificação dos políticos. Sim, sobre o regime há o famoso estudo feito

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

por Samuels, onde efetivamente se vê que o sistema presidencialista admite políticos empreendedores, considerando que os partidos são mais fracos. Mas não consigo encontrar um vínculo exato.

Eu acredito que, de verdade, o problema maior da política não é tanto a qualidade, mas sim a capacidade de representar os cidadãos. Um sistema de partidos que não consegue representar os cidadãos, a médio prazo, está acabado, porque provavelmente terminará em uma crise. Esta, para mim, é a variável mais importante: a capacidade de representação dos cidadãos. Isso é o que vai dar legitimidade aos processos políticos. A qualidade pode ser procurada fora, e para isso há as universidades, mas o político por si tem que ter a capacidade de dialogar com a cidadania, de ser um bom representante. E eu vejo que isso é o que mais deveríamos considerar nele.

Esta seria um pouco da minha opinião pessoal.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - O colega que fez a pergunta gostaria de saber se existe uma outra saída. E quanto a essa questão de fé nas instituições ou fé nas pessoas? Quanto uma instituição consegue controlar isso?

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Parece que cada sociedade tem os políticos que deseja. Por exemplo, eu tenho um colega no meu departamento que está comparando o Chile com o Uruguai. Os políticos, no Chile, todos têm doutorado; e têm mestrado, na Europa e nos Estados Unidos. Para os chilenos, isso é muito importante. Para o Uruguai, não é tão importante se o político tem doutorado ou não. São diferentes formas de entender. O conjunto de atributos que cada sociedade dá a um político é diferente. Deve ser visto o que é importante no caso do Brasil, o que se espera de um político. Eu digo isso porque senão não se entenderia como o Uruguai pôde ter um Presidente como José Mujica, o Presidente que os uruguaios queriam ter. Provavelmente, em outro país, poderiam ter um PhD em uma universidade dos Estados Unidos. Isso tem a ver com os valores que há na sociedade. Então, eu acredito que, a priori, a academia não tem por que dizer como devem ser os atributos de um político.

É claro que, se pensamos nos Congressos, nos Parlamentos, a especialização é importante, assim como a experiência, mas os próprios Congressos têm a forma de construir essa experiência. Por exemplo, o trabalho em comissões é um mecanismo de aprendizagem rápida, onde os políticos podem transformar-se em especialistas. Mas, a priori, eu acredito que não podemos dizer o que é melhor para um político. Quem tem que decidir é a cidadania, as pessoas, os valores que há a sociedade. Acredito que essa é

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

uma variável exógena, em todo caso, à política.

**O SR. MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Acredito que a nossa disciplina deve entrar nesse problema, não de uma forma normativa, nem rígida, no sentido de definir quem é um bom político, mas acredito que devemos entrar aí. Devemos entrar aí, não ditando de uma forma supostamente neutra, acadêmica, quem seja o bom político, mas, sim, medindo em virtude.

E estou totalmente de acordo com você em que um bom político da República Dominicana não tem nada a ver com um bom político da Costa Rica, do Peru ou do Brasil, mas acredito que nós, como disciplina, deveríamos ter um marco de análise para indicar quais variáveis estão deduzidas do próprio mundo onde estão esses políticos.

Mas quais deveriam ser as variáveis a considerar? Então, se a política é uma profissão — os médicos têm isso muito resolvido, e a sociedade entende muito bem quem é um bom médico e diferencia o bom médico do curandeiro ou do xamã —, eu acredito que a ciência política deve tomar esse desafio e tentar definir o que é um bom político, repito, para cada questão, sabendo, além disso, que é muito diferente ser ministro das relações exteriores ou prefeito de uma cidade de meio milhão de habitantes. Mas acredito que deveríamos enfrentar esse desafio.

Por isso, digo que não temos uma decisão sobre qualidade de políticos, mas também não temos uma decisão sobre políticos. Quem é um político, então? Vamos à nossa disciplina, aos manuais. Digo a vocês que procurem uma definição do que seria um político. Temos uma ideia, mas somos incapazes de definir uma unidade de estudo básica. Qualquer outra disciplina tem perfeitamente definido o seu objeto de estudo, e nós temos um problema muito sério: não sabemos quem é um político. Temos ideias, mas não temos certeza.

Com relação à outra questão, as instituições são as normas do jogo e marcam o território onde jogam os atores, os políticos, mas o que eu vejo é que esses atores têm cada vez uma maior capacidade de jogar por cima das normas. E isso é assim pelo que eu dizia antes. A parte pessoal da política, a individualização das políticas, as campanhas eleitorais pessoais jogam contra qualquer esforço da instituição, que seria colocar, controlar, regulamentar comportamentos também, mas estamos vendo que cada um tem incentivos de ir no seu próprio projeto político.

Nesse sentido, há um problema muito sério, porque, sim, as normas nos dizem isso e isso, mas os jogadores vão estar constantemente subvertendo as normas. Então,

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

parece que a solução seriam mais normas. Talvez sim, mas provavelmente não, e acredito que esse é o conflito em que vive a sociedade hoje. Repito, isso é algo muito sério, considerando esse cenário de individualismo e de ausência de ação coletiva.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - Há uma pergunta para o Prof. Daniel. Eu vou rephraseá-la aqui. É sobre a crise de governabilidade na América Latina em geral. Aproveitando a sua fala panorâmica, o colega da audiência pede que o senhor entre mais nessas questões comparativas das crises.

Para o Prof. Manuel a pergunta é sobre o movimento dos indignados na Espanha, que culminou na formação de um novo partido político, o Podemos. Mas culminou também em outro, de direita, não é? Na opinião do senhor, qual será o futuro do — não sei como se pronuncia exatamente — Nuit Debout, na França? É possível uma democracia tão participativa?

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Primeiro, a América Latina, o Brasil, está vivendo a sua etapa mais gloriosa de democracia. Quanto a isso, devemos ser conscientes. Nunca, na história da América Latina, tivemos processos e períodos tão largos de democracia. Não podemos perder isso de vista.

Segundo, a América Latina, nos últimos 10 anos, esteve em cima de uma onda de crescimento econômico que permitiu o desenvolvimento de uma grande estabilidade. Essa onda de crescimento terminou. Portanto, começa a haver problemas. Ou seja, governar com dinheiro é muito fácil, é muito fácil; governar sem dinheiro é difícil, saber dizer não. Acredito que é o que está começando a acontecer. Em muitos países, as economias deixaram de crescer, as suas contas correntes estão deficitárias, devem fazer ajustes fiscais. Essas são medidas impopulares. Por isso começa a existir essa dificuldade. Além disso, começa a haver alternâncias no poder, normalmente em eleições. Isso ocorre na Argentina, por exemplo, na Venezuela. No Brasil, eu esperava que fosse acontecer em 2018, adiantaram com o impeachment, mas era provável que houvesse uma alternância.

No Uruguai, assim como no Chile, é provável essa alternância também. Então, eu acredito que a mudança do ciclo econômico vai gerar muitas tensões, vai gerar muitos conflitos e vai gerar alternâncias. Isso não nos deveria preocupar tanto obviamente, mas não acreditemos que termina a democracia no continente nem que haverá um retorno a épocas passadas. A América Latina vai seguir sendo democrática, mesmo com Chávez, com o chavismo, ou com os presidentes que tenhamos. Eu não acredito. Nesse sentido, eu sou otimista.

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

**O SR. MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Sobre o caso que se pergunta, suponho que seria o líder do movimento, digamos, semelhante ao Podemos na França. O caso do Podemos na Espanha é um caso muito peculiar e acontece numa conjuntura muito específica para a qual contribui uma série de fatores.

Vejo que é muito difícil. Rapidamente, esses fatores são, como eu disse antes, o desgaste dos velhos partidos perante a crise econômica.

Em segundo lugar, está uma liderança nova, muito bem trabalhada, muito bem surgida de baixo, em processo lento, que se utiliza de mecanismos clássicos, como a televisão, etc., que seria a liderança de Pablo Iglesias. Em terceiro, está uma conjuntura, uma estrutura de oportunidades institucionais, as eleições europeias. Isso porque as eleições europeias foram o grande instrumento por meio das quais podemos entrar na vida política espanhola. Este é o melhor cenário possível: as eleições europeias. Eu posso desenvolver mais esse aspecto, mas os três elementos são os que estão na base do Podemos, quais sejam: o fim do sistema antigo, uma mobilização social e uma liderança muito forte. Podemos ter uma liderança muito forte.

Eu vou lhes dizer algo: nestas eleições europeias de 2014, a candidatura do Podemos foi a única na história — a única na história! — da democracia espanhola. A marca do partido era a foto do líder, ou seja, o Podemos era Pablo Iglesias e continua sendo ele. Isso é muito importante que tenhamos em mente. Isso não acontece na França, onde há um ator coletivo que continua sendo muito importante, como nós estamos vendo esses dias, que são os sindicatos, os sindicatos tradicionais. As pessoas continuam confiando muito nos sindicatos tradicionais e estão afastadas dos partidos tradicionais.

Por isso, eu acredito que na França seja muito mais difícil aparecer um fenômeno como esse, que terá uma fortaleza, uma força para gerar um partido com 24%, 25% de apoio eleitoral.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - Saímos de regimes de direita no Brasil e fomos para regimes de esquerda ao ponto de que, à época, nenhum político tinha a coragem de se identificar como de direita. Agora é o contrário: raros políticos vinculam-se abertamente à Esquerda. Vocês acreditam que essa é uma tendência cíclica no Brasil e na América Latina?

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Naqueles sistemas políticos em que o eixo de competência esquerda-

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

direita seja importante — eu acredito que é o caso do Brasil, do Chile, do Uruguai, da Argentina, do México também, não sei se é o caso de mais algum outro —, são muito importantes os eixos de competência ideológica, sim, é possível que tenhamos ciclos como acontecem na Europa, e isso não é ruim.

Eu acredito que os políticos de direita, em alguns países, tiveram vergonha de se reconhecerem como de direita em função das ditaduras militares. No meu país, o Uruguai, ninguém é de direita, ninguém se reconhece como de direita. Mas, no momento de se fazer uma pesquisa ou de se pedir que se localize na escala de um a dez, eles se colocam em oitavo, nono ou décimo. Ou seja, publicamente, não dá nenhum crédito reconhecer-se como de direita. Mas eu tenho a impressão de que, na medida em que a Esquerda tenha problemas, em que a Esquerda perca o prestígio, em que a Esquerda sofra uma derrota moral, como está acontecendo no Brasil, é provável que possa surgir uma Direita com outra capacidade e outra intenção, uma Direita democrática — eu estou falando —, que é muito diferente das Direitas que nos governaram nas ditaduras.

**O SR. MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Estou totalmente de acordo. E diria, fazendo uma relação com o que antes você disse, sobre os ciclos políticos e a alternância, que isso está na lógica do jogo democrático. Provavelmente, o primeiro Presidente que na América Latina reconheceu que era de direita foi Piñera, no Chile.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - Qual impacto a judicialização da política ou a formação de um superlegislativo tem para a manutenção da democracia?

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Quando os sistemas políticos não podem resolver os seus conflitos e decidem enviar o problema ao Poder Judiciário, eu entendo isso como uma deficiência do sistema político. Não? O país que levou isso a um extremo maior é a Costa Rica, que praticamente tem a famosa Sala Quarta, que é como o último grau de toda a decisão política que toma o sistema. Se os partidos políticos não ficam de acordo, aprovam a lei, a lei vai à Sala Quarta, e os juízes são os que finalmente decidem.

Eu não gosto desse processo, porque me dá a impressão de que está mostrando uma deficiência no sistema político. Eu acredito que os partidos políticos deveriam evitar terminar a questão nessa forma, porque em último grau estaríamos agregando aí um ator no final do caminho que não foi eleito para isso, que não tem a legitimidade democrática. Os juízes são respeitados, têm que observar o cumprimento das normas, mas não podemos esquecer que não são eleitos. Portanto, não é uma boa coisa que o processo

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

político esteja totalmente judicializado.

Espero que eu não seja mal interpretado, porque acredito, sim, que os cidadãos podem usar o Poder Judiciário para proteger os seus direitos, mas isso é muito diferente do que resolver o processo político de uma forma permanente indo aos tribunais.

**O SR. COORDENADOR** (Ricardo de João Braga) - Esta é a pergunta final que está sobre a mesa, a de maior desconforto provavelmente aos nossos convidados: qual futuro vocês preveem para a coalizão PT, PMDB, partidos vários nanicos, após essa reviravolta no Brasil? Essa é a pergunta antidiplomática, para vocês falarem mal do Brasil agora.

**O SR. DANIEL CHASQUETTI** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - Eu sempre ponho como exemplo que, no Chile, a Esquerda perdeu; governou a Direita; e depois voltou a Esquerda. Isso me dá a impressão de que deveria a Esquerda no Brasil fazer uma grande autocrítica, aprender com os seus erros e esperar o momento certo novamente. Assim é a democracia.

Eu não descarto que mais adiante, em algum momento, vamos ter um Governo de coalizão do PT com os seus aliados, como o PMDB, por que não? Isso funcionou em algum momento, deixou de funcionar, mas não existe nada que indique que no futuro não possa acontecer novamente.

**O SR. MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ** (Manifestação em língua estrangeira. Tradução simultânea.) - No México vocês sabem que existe um artigo na Constituição que proíbe aos estrangeiros falar da política mexicana. Então, é um grande instrumento.

Eu fico com o art. 55, para não falar nada.

Eu quero falar de três coisas que vocês podem encontrar no Google, porque eu as escrevi. A primeira delas é que, pensando no futuro, escrevi isto no ano passado, eu contemplava o ano de 2018 como um ano fundamental para a América Latina, porque seriam produzidas mudanças muito importantes nos três maiores países da América Latina: Brasil, México e Colômbia. Eu disse, no ano de 2018, que o Governo brasileiro, do PT, seria substituído por um Governo de diferente corpo político; que o Governo mexicano, do PRI, teria sérios problemas e, provavelmente, seria a oportunidade de o México ter um Governo de esquerda pela primeira vez, o que nunca ocorreu na história do país; e que o Governo colombiano, com o processo de paz, entraria em uma nova ótica. Ou seja, para mim, o ano de 2018 era muito importante, aliás, continua sendo, mas os acontecimentos no Brasil, digamos, mudaram esse calendário de normalização. Em qualquer caso, no Brasil, aconteceram as eleições de 2018, e provavelmente aconteça essa ideia.

## PRESIDENCIALISMO, MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA

---

A segunda é que eu defendi que aqui não houve golpe de Estado. Eu defendi isso por escrito. Se vocês quiserem ler isso, eu passo o link.

E a terceira é que eu acredito, também falei disto, que o presidencialismo de coalizão teve dois grandes políticos: Fernando Henrique Cardoso e Lula. Dificilmente um país tem a sorte de encontrar duas pessoas que são muito diferentes, mas que têm uma capacidade de gestionar coalizões, como essas duas pessoas, de uma forma muito diferente, como já demonstramos aqui no decorrer do seminário. Não são iguais, mas o fizeram, na minha modesta opinião, de uma forma magistral. Isso foi muito bom para o Brasil. O país vizinho, a Argentina, não teve essa sorte. A Argentina não pode pôr em cima da mesa dois Presidentes do nível de Fernando Henrique Cardoso ou de Lula.

Diagramação/captação e edição do vídeo que deu origem ao texto: COEAD/CEFOP  
Transcrição e edição: Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação.